ENTRE SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS: NARRATIVAS DE MEMÓRIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Jonatan dos Santos Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5251-0948
Endereço eletrônico: jonatan.silva@uesb.edu.br

Felipe Eduardo Ferreira Marta
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0501-4298
Endereço eletrônico: fefmarta@uesc.br

Palavras-chave: história oral; memória; quilombo; ancestralidade; resistência.

INTRODUÇÃO

> "Os antigos que a gente ainda tem [...] já não vão mais existir. Então a gente vive mais o banzo. Essa formação minha me trouxe mais para a cidade do que para a comunidade." (Gilvandro Gonçalves de Oliveira, entrevista concedida aos pesquisadores em 2019).

A narrativa de Gilvandro Oliveira condensa uma das questões centrais desta pesquisa: a relação entre memória, ancestralidade e os desafios de continuidade das experiências quilombolas. O temor diante da perda dos mais velhos, associado ao afastamento produzido pela cidade, revela que lembrar não corresponde apenas a recuperar o passado, mas a disputar condições de transmissão, pertencimento e permanência no presente. A memória constitui dimensão fundamental da experiência humana, por meio da qual os sujeitos reconstroem sentidos sobre suas trajetórias e formas de existência. Contudo, as memórias não são produzidas em condições neutras: determinados grupos tiveram suas experiências pouco representadas nos registros oficiais.

Nesse contexto, a oralidade oferece acesso a histórias preservadas nas relações familiares, comunitárias e culturais, reconhecendo os narradores como sujeitos da produção histórica. Analisamos as narrativas de memória produzidas nas comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, em Vitória da Conquista-BA, buscando compreender como seus moradores interpretam ancestralidade, território, silenciamentos e resistências. Conforme Halbwachs (1990), as lembranças individuais são atravessadas pelos quadros sociais dos grupos de pertencimento. Com Pollak (1989),

entendemos também que toda memória envolve seleção, enquadramento, disputas e silêncios.

Da articulação entre os relatos, as demais fontes e esse referencial resultaram três categorias interpretativas: memória-enquadramento, memória-denúncia e memória-território. A primeira identifica os mecanismos que privilegiam determinadas versões da história local e tornam menos visíveis as experiências quilombolas; a segunda reúne lembranças que enunciam desigualdades, exploração, conflitos e negação de direitos; a terceira apreende a terra não apenas como suporte físico, mas como espaço vivido de parentesco, trabalho, saberes, ancestralidade e continuidade coletiva. A "Jurema Preta", evocada pelos participantes, funciona como síntese simbólica das raízes que sustentam a permanência e a resistência dessas comunidades.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, histórica e social, desenvolvida por meio de trabalho de campo e orientada pela História Oral. A investigação ocorreu entre 2019 e 2021 nas comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio. O corpus reuniu seis entrevistas individuais produzidas diretamente pela pesquisa - com Gilvandro Gonçalves de Oliveira, Tiago França da Silva, Damião Arifa dos Santos, Joaquim Jermano Silva, Josemberg Mendes e Ruy Hermann Araújo Medeiros - e duas entrevistas públicas coletivas, veiculadas pelos canais Teia dos Povos e PROLER/UESB durante o isolamento social, das quais foram mobilizadas, sobretudo, as narrativas de Juliana Oliveira e Maria Elza de Oliveira Gonçalves. As entrevistas individuais totalizaram aproximadamente 440 minutos de gravação.

A seleção foi intencional e considerou: pertencimento ou atuação vinculada às comunidades; reconhecimento comunitário como liderança ou guardião de memórias; conhecimento sobre formação dos quilombos, modos de vida, conflitos territoriais e transmissão de saberes; e diversidade geracional. Foram ouvidas lideranças mais antigas e mais jovens no mesmo patamar de relevância epistemológica, pois a memória circula entre gerações. Os contatos com Tiago França, Gilvandro Oliveira e Juliana Oliveira também funcionaram como mediação para a entrada nos territórios e a aproximação com outros narradores. As entrevistas semiestruturadas foram registradas em áudio e vídeo e complementadas por diário de campo, observação do cotidiano, fotografias, arquivos pessoais e comunitários, documentos do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, do IPHAN e relatório técnico do IBAMA. O cruzamento dessas fontes permitiu examinar

aproximações e tensões entre as narrativas oficiais e as memórias dos moradores. Durante a pandemia de Covid-19, foram adotadas entrevistas remotas e fontes audiovisuais públicas; nos encontros presenciais, seguiram-se medidas de biossegurança.

Nos procedimentos éticos, foram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos, em consonância com a Resolução CNS nº 466/2012. Os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos e usos da pesquisa e autorizaram, voluntariamente e por escrito, a identificação de seus nomes e a utilização dos relatos. As transcrições das entrevistas públicas também foram autorizadas pelas promotoras e participantes dos eventos. A construção das categorias não precedeu o campo como grade rígida. Realizamos leitura e escuta reiteradas das entrevistas, identificamos recorrências, contrastes, silêncios e núcleos temáticos e os cotejamos com documentos e registros visuais.

Em seguida, esses núcleos foram interpretados à luz dos quadros sociais da memória (Halbwachs, 1990), dos processos de enquadramento e silêncio (Pollak, 1989), da narrativa como produção compartilhada entre entrevistador e narrador (Portelli, 1997) e do dever de memória (Ricoeur, 2007). Portanto, memória-enquadramento, memória-denúncia e memória-território são categorias emergentes da articulação entre evidências empíricas e literatura, e não classificações impostas às falas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A memória-enquadramento tornou visível a tensão entre a narrativa celebratória da formação de Vitória da Conquista e as experiências negras, indígenas e quilombolas mantidas à margem dos registros oficiais. As falas reabrem o passado a partir de outros sujeitos e lugares. Ao narrar a formação de Lagoa de Melquíades e Amâncio, Tiago França ancora a origem da comunidade na transmissão dos anciãos:

> [...] a nossa comunidade foi fundada por dois filhos de escravos, que também foram escravos [...]. De acordo com o relato dos nossos ancestrais, dos nossos anciãos, foram dois irmãos, ainda crianças, comprados no Rio de Janeiro e trazidos para uma fazenda próxima onde hoje é localizado nosso quilombo (Tiago França da Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 24 nov. 2019).

O excerto demonstra que a narrativa fundacional não é lembrança isolada: ela se constitui pela circulação intergeracional e contesta uma história municipal centrada nos

vencedores. A categoria resulta, assim, do confronto entre o que os documentos oficiais selecionam e o que as comunidades preservam pela oralidade. O silenciamento não significa ausência de memória; indica uma relação desigual de poder sobre aquilo que alcança reconhecimento público.

A memória-denúncia emergiu de relatos recorrentes sobre exploração do trabalho, perda territorial, dificuldade de acesso à água, educação, saúde e transporte, além de ameaças decorrentes das disputas pela terra. Damião Arifa dos Santos, ao rememorar o trabalho nas fazendas, relaciona a privação escolar à manutenção das hierarquias: “Os menino só vai aprender a assinar o nome, porque senão fica sabido demais. [...] Nós devia ter cobrado nossos direitos. [...] fazia o trabalho pra fulano e nada, e já tinha algum direito já.” (Damião Arifa dos Santos, entrevista concedida ao pesquisador em 3 out. 2020). A fala não apenas informa uma condição pretérita; ela interpreta retrospectivamente a exploração e converte a lembrança em denúncia.

A consciência posterior dos direitos evidencia o caráter temporal da fonte oral: o passado é narrado a partir das questões do presente. Em Ribeirão dos Paneleiros, Maria Elza explicita os efeitos contemporâneos da expropriação: “os fazendeiros foram comprando. As fazendas foram trocadas a troco de cesta básica, de rádio [...]. E acabou que hoje nós ficamos em um círculo que nós não tem quase por onde passar” (Maria Elza de Oliveira Gonçalves, entrevista coletiva ao PROLER/UESB, 21 maio 2021). A recorrência entre relatos e documentos institucionais sustenta a categoria como memória coletiva de violações, mas também como linguagem pública de reivindicação.

A memória-território foi constituída a partir das referências à terra, à água, ao barro, às roças, aos caminhos, aos parentescos e aos saberes transmitidos. Em Ribeirão dos Paneleiros, a fabricação das panelas de barro, especialmente pelas mulheres, reúne subsistência, memória do trabalho e continuidade ancestral; em Lagoa de Melquíades e Amâncio, as narrativas sobre a lagoa, as roças e o mutirão inscrevem no espaço uma história compartilhada. O território, portanto, ultrapassa a delimitação fundiária: é arquivo vivo, condição material de reprodução da vida e suporte de identidade.

Quadro 1 - Relação entre categorias, evidências e operação interpretativa

Categoria	Evidências empíricas	Operação interpretativa

Categoria	Evidências empíricas	Operação interpretativa
Memória-enquadramento	Contrastes entre narrativas oficiais e histórias de formação transmitidas pelos anciãos.	Identifica seleções, invisibilidades e disputas pelo reconhecimento público do passado.
Memória-denúncia	Exploração do trabalho, perda da terra, ameaças e restrição de direitos e serviços.	Converte lembranças de violações em crítica, reivindicação e resistência coletiva.
Memória-território	Barro, água, roças, mutirões, parentesco, práticas culturais e transmissão de saberes.	Compreende o território como espaço vivido de ancestralidade, identidade e continuidade.

Fonte: Tese de doutorado de Jonatan dos Santos Silva.

Em conjunto, as três categorias mostram que as narrativas quilombolas não são meros complementos de uma história já escrita. Elas produzem conhecimento sobre a formação social de Vitória da Conquista, denunciam os efeitos persistentes do racismo e das desigualdades fundiárias e afirmam modos comunitários de existir. A "Jurema Preta" sintetiza esse movimento: suas raízes remetem à ancestralidade; sua sombra, à proteção e à transmissão; sua resistência, à permanência diante das adversidades históricas.

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio constituem espaços ativos de produção, preservação e transmissão de memórias coletivas. As categorias memória-enquadramento, memória-denúncia e memória-território permitiram tornar explícita a passagem dos relatos às interpretações: das disputas de representação às denúncias de violações e, destas, à compreensão do território como condição material e simbólica de continuidade. A principal contribuição científica para a História Oral reside em evidenciar a entrevista como relação dialógica capaz de produzir fontes e interpretações com sujeitos historicamente silenciados, considerando suas inflexões, afetos e leituras do presente.

Para os estudos da memória, o trabalho articula enquadramento, denúncia e territorialidade, demonstrando que os processos de apagamento coexistem com práticas comunitárias de transmissão e resistência. Também contribui para a historiografia de Vitória da Conquista ao deslocar o olhar do núcleo urbano e das versões oficiais para experiências quilombolas, narradas por seus próprios protagonistas.

Entre as limitações, destacam-se as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que reduziram a continuidade do convívio presencial e exigiram o uso de entrevistas públicas digitais; a dificuldade de acesso a acervos e registros de pesquisas anteriores não devolvidos

às comunidades; e o recorte concentrado em dois territórios, que não permite generalizar os achados para o conjunto dos quilombos do município. Investigações futuras poderão ampliar o número de comunidades e de participantes, aprofundar comparações intergeracionais e de gênero, acompanhar as disputas territoriais em perspectiva longitudinal e construir, de modo colaborativo, acervos orais comunitários que assegurem preservação, acesso e retorno social das fontes produzidas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF: CNS, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.